



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS - REALIZADA NO DIA 9 DE ABRIL
DE 2015 EM RECIFE, PERNAMBUCO

Nos dias 09 e 10 de abril de 2015 realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, gestão 2014-2016, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Praça Adolfo Cirne, S/N, Boa Vista, Recife - PE, com os seguintes pontos de pauta: 1ª) Aprovação da Ata da 2ª e 3ª Reunião Ordinária; 2º) informes; 3º) Encaminhamentos das decisões do CNDH e orçamento; 4º) XII Conferência Nacional de Direitos Humanos, 5º) Comissões e GTs do CNDH; 6º) Proposta de redução da maioria penal (PEC 171); e 7º) Articulação com sociedade civil do estado de Pernambuco. Estiveram presentes na reunião os conselheiros representantes da sociedade civil e do poder público. Como representantes da **sociedade civil** estiveram presentes: **Ivana Farina Navarrete Pena** (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular); **Cristian Trindade Ribas** (Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER, titular); **Adelar Cupsinski** (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, titular); **Leonildo José Monteiro Filho** (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, titular); **Rildo Marques de Oliveira** (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, titular); **Maria Dirlene Trindade Marques** (Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - RNFS, titular); **Carlos Magno** (Associação Brasileira de Lésbicas Gays Bissexuais e Transexuais – ABGLT, suplente); **Cristiana Soares de Holanda** (Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO, suplente); **Ricardo de Araújo Barreto** (Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, suplente), **Everaldo Bezerra Patriota** (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, suplente). Como representantes do **poder público**, estiveram presentes: **Wellington Pantaleão da Silva** (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, suplente); **Silvana Abramo Margherito** (Entidade de Magistrado, Conselho Nacional de Justiça, suplente); **Pedro Saldanha** (Ministério das Relações Exteriores – MRE, suplente); **Vladimir Sampaio Soares de Lima** (Ministério da Justiça – MJ, suplente); **Claudionor Barros Leitão** (Defensoria Pública da União – DPU, suplente). Estiveram presentes pela **Coordenação do CNDH**: **Maria Gutenara Martins Araújo** (Coordenadora-Geral do CNDH) e **Cláudio Picanço Magalhães** (assessor do CNDH). A reunião contou também com a presença dos **participantes**: Pedro Eurico (Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco); Sandra Carvalho (Justiça Global), Wilma Carvalho (SEMPRI-MNDH), Enildo Marlon (Associação dos Ciganos de Pernambuco); Luciano Freitas Filho (Secretaria de Direitos Humanos de Pernambuco); Paulo Moraes (Secretário de Direitos Humanos do Recife), Eleonora Pereira da Silva (Mães pela Igualdade), Manoel Moraes (Presidente da Comissão

Memória e Verdade de Pernambuco). A reunião foi aberta pelo Vice-presidente interino, **Cristian Ribas (Enegrecer)** que saudou a todos os conselheiros e conselheiras. Em seguida, salientou a importância da 4ª Reunião Ordinária estar sendo realizado em Recife em virtude do julgamento do caso da morte do defensor de direitos humanos Manoel Mattos, um caso emblemático que o Conselho acompanha desde o então CDDPH. Em seguida solicitou aos conselheiros do CNDH e demais presentes na reunião que se apresentassem. Dadas às devidas apresentações, o Plenário aprovou a ata da 2ª Reunião Ordinária e decidiu aprovar a ata da 3ª Reunião Ordinária em sua próxima reunião para que todos tivessem mais tempo de ler. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** cientificou a todos sobre a nomeação do novo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos/PR, Senhor Pepe Vargas e disse que não sabe como será feito o processo de transição com relação à presidência do Conselho para os eventos marcados nos próximos dias. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** informou que no dia 26 de março de 2015, por deliberação do Conselho, esteve presente na audiência pública em João Pessoa que acompanha o grupo de trabalho dos atingidos pela construção da barragem Acauã. Comunicou que estavam presentes na audiência pública somente o Procurador da República, os representantes das comunidades e o assessor do Conselho, Cláudio Picanço. Não tinha nenhum representante da secretaria de estado, nenhum representante de ministério e nem a presença do presidente do GT estadual que é o Secretário de Desenvolvimento de João Pessoa. Em seguida relatou a situação em que se encontram os atingidos, disse que havia apenas 1 (um) micro-ônibus para transportar setenta crianças, 1 (um) posto de saúde para atendimento, 1 (uma) única escola funcionando e todas as famílias se restringiam a apenas três hectares de terra, sendo essas situações, além de declaradas pelos atingidos, verificadas pelo Procurador da República em inspeção. O conselheiro sugeriu que o Conselho solicitasse ao novo Ministro da SDH/PR uma ação política junto ao governador e aos ministérios a instalação grupo de trabalho estadual da Barragem Acauã. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** comunicou que o Grupo de Trabalho Atingidos por Barragens terá uma reunião na primeira semana de abril. Sugeriu que fosse incluída na pauta dessa reunião essa questão. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** informou que para às 15h30 daquele dia estaria agendada uma reunião com a juíza que vai presidir a sessão do júri Manoel Mattos, disse que a juíza concordou em recebê-los no órgão da Justiça Federal. Informou também que o Ministério Público concordou em receber uma comissão às 17h30. Sugeriu ao Vice-presidente interino Cristian Ribas que fosse escolhida a comissão que iria comparecer a essas duas audiências. Propôs que fosse formada por ela, pela Justiça Global, pela Dignitatis e pela OAB. O Secretário de Justiça e de Direitos Humanos de Pernambuco, senhor **Pedro Eurico**, saudou a todos e todas em nome do Governo de Pernambuco e externou a satisfação com a presença do CNDH no estado. Comunicou a ausência do governador Pedro Câmara por motivo de agenda. O secretário informou que acompanha o caso Manoel Mattos desde antes da sua morte, inclusive foi presidente de uma CPI estadual de combate a pistolagem no ano de 2000 em Itambé. Disse que nessa época Manoel Mattos, que era um companheiro nessa luta, já sofria ameaças de grupos de extermínio dessa região. Pediu que os fatos não se restringissem apenas ao caso de Manoel Mattos e relatou o caso de um companheiro

80 advogado, militante na área de direitos humanos, Evandro Cavalcanti, que também foi
81 assassinado por um grupo de extermínio. Falou sobre a parceria do ex-governador
82 Eduardo Campos com o ex-presidente Lula no sentido de buscar a federalização do caso
83 Manoel Mattos. Falou também sobre a estrutura que o estado viabilizou para receber a
84 Dona Nair, mãe de Manoel Mattos, o advogado e seguranças, que ficaram sob
85 responsabilidade e despesas do governo de Pernambuco. Comunicou que na segunda-
86 feira próxima às 15h00 foi marcada uma entrevista coletiva com a Dona Nair e os
87 defensores de direitos humanos do caso Manoel Mattos na Secretaria de Justiça e
88 Direitos Humanos, com o intuito de divulgar ainda mais o caso na véspera de seu
89 julgamento. Por fim, disse que também integrou a comissão da Memória e da Verdade
90 em Pernambuco, onde apurava os crimes da ditadura militar e informou que essa
91 comissão está mobilizada para a sessão do júri e salientou que o CNDH pode contar
92 com o apoio da Secretaria de Justiça. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)**
93 agradeceu o apoio e a presença do Secretário na reunião. O conselheiro **Adelar**
94 **Cupsinski (CIMI)** falou sobre o acompanhamento dos índios Xucurus que foi um
95 conflito de mais de vinte anos. Lembrou o assassinato do cacique Chicão Xucuru em
96 1998 que era uma personalidade muito importante em Pernambuco, que inclusive
97 participou do processo constituinte em 1988. Informou que acompanhou diversos
98 processos criminais de índios e praticamente todos foram finalizados. Informou também
99 que a terra indígena Xucuru está demarcada e o povo está bastante organizado, sendo
100 isso prova que o processo de demarcação de terra indígena coloca fim aos conflitos,
101 restitui os índios, gera tranquilidade. Ressaltou que foi a ditadura que dilacerou e
102 destruiu o patrimônio dos índios, os chefes de posto retiravam tudo que o índio produzia
103 e repassavam para terceiros. Disse que um desafio do Conselho é ter uma articulação
104 com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, inclusive o presidente
105 da Comissão Paulo Pimenta se apresenta acessível para acolher essas questões. Outro
106 ponto de pauta que o conselheiro trouxe foi sobre a Mobilização Nacional Indígena que
107 será realizada nos dias 13 a 16 de abril em Brasília, com intuito de pautar ao Executivo
108 a retomada das demarcações das terras indígenas que estão paralisadas. Comunicou que
109 continua a mobilização contra a PEC 215 que retira do Poder Executivo e passa ao
110 Poder Legislativo o processo de demarcação das terras indígenas. Por fim convidou a
111 todos para participar dessas mobilizações. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)**,
112 a pedido do Conselho Estadual de Direitos Humanos e da Sociedade civil do Paraná
113 apresentou ao Conselho as dificuldades que a população em situação de rua estaria
114 enfrentando em relação ao funcionamento do Conselho Permanente dos Direitos
115 Humanos do Estado do Paraná - COPED diante da não convocação de reuniões por
116 vários meses. Disse que as decisões estão sendo concentradas apenas na Secretaria de
117 Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, não havendo assim uma perspectiva
118 democrática e participativa. Pediu para que o Conselho contribuísse nesse caso. O
119 conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** saudou a todos e agradeceu a presença de todos
120 na reunião. Lembrou que esteve em Pernambuco, no mês anterior à reunião, em um
121 fórum onde se discutiu a questão do Sistema Prisional do estado e nessa ocasião o
122 CNDH fez uma solicitação ao secretário Pedro Eurico sobre a necessidade de se
123 restabelecer o Conselho Estadual de Pernambuco, bem como o comitê e o mecanismo

de prevenção e combate à tortura, tendo o secretário se prontificado a restabelecê-los. Em seguida, informou que na parte da tarde daquela reunião, às 16h00, teriam um encontro com a sociedade civil, com os movimentos e com membros desses dois Conselhos, então sugeriu que o secretário ou alguém que o pudesse representá-lo comparecesse ao debate. Parabenizou a conselheira Ivana Farina e os demais participantes pela condução e contribuição sobre o caso Manoel Mattos. Salientou a importância de o Conselho dar continuidade aos trabalhos mesmo com a saída da Ministra Ideli Salvatti e propôs que elaborassem uma mensagem de agradecimento a ela pela instalação e condução do CNDH após a aprovação da Lei. Falou sobre a audiência pública no estado de São Paulo, convocada pelo Conselho Nacional do Ministério Público para discutir a questão dos crimes de maio de 2006, a qual participou representando o Conselho. Informou que as autoridades do Poder Executivo do estado de São Paulo não compareceram. Disse que, como resultado dessa audiência, o CNMP produzirá um relatório e analisará a possibilidade de remeter ao Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, o pedido de federalização das investigações dos Crimes de Maio, uma vez que ficou muito nítido durante a audiência que não há nenhum compromisso por parte Poder Executivo do estado, das secretarias que controlam suas polícias para promover a investigação e do Poder Judiciário local com essas investigações. Cientificou que o Procurador Geral de Justiça manifestadamente se opõe a federalização pelas suas razões técnicas e jurídicas. Por fim, comunicou que solicitou ao CNMP a disponibilização do material da audiência pública para que o Conselho também pudesse fazer uma análise sobre a possibilidade dessa federalização e solicitou ao membro do CNMP, Doutor Jarbas, uma agenda entre CNDH e CNMP para tratar deste assunto. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** fez um breve relato sobre a reunião coordenada pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos de São Paulo, relacionada a algumas chacinas que ocorreram na periferia e em bairros pobres de São Paulo. Informou que esteve no local representando o CNDH e a DPU juntamente com o conselheiro Wellington Pantaleão que esteve representando a SDH/PR. Em seguida, citou alguns dos órgãos presentes na reunião. Disse que seria fundamental a participação do Ministério Público estadual e do PROVITA naquela reunião, inclusive para promover a escuta dos familiares das vítimas e dar prosseguimento às investigações que, segundo o conselheiro, estavam paradas na Polícia. Com relação aos relatos dos familiares, o conselheiro disse que sentiu um tom fortemente emocional, com uma total indignação sobre a forma de abordagem dos policiais que acabam resultando na morte de muitos jovens, em sua grande maioria, negros. Outro ponto também muito colocado pelos familiares e que eles gostariam que houvesse um maior acompanhamento por parte dos órgãos responsáveis é quanto à apuração e investigação dos fatos e responsáveis, pois, segundo os relatos, há total indiferença por parte dos policiais sobre esses casos. Por fim, reforçou a importância do CNDH se debruçar, discutir e refletir sobre as ações policiais nas periferias de todo o país. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** disse que tem dois informes, o primeiro diz respeito à lista suja, ao cadastro de empregadores que utilizam trabalho escravo. Informou que junto com a SDH/PR e a CONATRAE desde o ano passado vem tentando alguma solução para reeditar essa lista, pois, por meio de uma liminar, o Ministro Ricardo Lewandowski

suspendeu a sua publicação. Comunicou que na semana anterior foi publicada uma resolução que revogou a lista suja dos empregadores. Então foi expedida uma nova portaria que abrange e soluciona os problemas principais que foram apontados pelo Ministro Lewandowski, que seria o direito ao contraditório das empresas que estavam na lista suja e a facilitação da saída das empresas da lista suja, desde que comprovem a regularização da situação. Então foi criado um novo cadastro, uma nova lista que já está sendo publicada por meio da Portaria Interministerial nº 02 de 31 de março de 2014. O segundo informe, diz respeito à mobilização intensa que todos devem estar acompanhando no congresso sobre a PL 4.330 que trata da terceirização. Informou que o TRT/SP está profundamente engajado em combater esse projeto, pois destrói as relações trabalhistas formais no Brasil. Informou que existe uma frente constituída de atuação anti-terceirização e convidou a todos os conselheiros a também se engajarem nessa luta que é extremamente importante. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** ressaltou a questão da aprovação do regimento interno, pois a não aprovação do mesmo estaria causando problemas na dinâmica do Conselho. A conselheira falou que o Conselho precisa trabalhar de uma forma mais geral, não reagir somente em casos emblemáticos, mas sim naqueles que afetam a sociedade como um todo. Comunicou que foi solicitada a participação do Conselho na audiência pública da Câmara Municipal que trata do Movimento Ocupe Estelita e colocou o CNDH à disposição, no entanto, pediu para que o movimento verificasse se o Conselho estaria participando da mesa. Por fim, justificou a ausência da conselheira Helena Barreto, que estaria participando em Belo Horizonte do encontro sobre o direito à comunicação. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** comunicou sobre um caso de homofobia na UFMG, onde um professor do curso de Direito teria feito declarações lesbofóbicas em uma de suas aulas. Uma aluna lésbica se viu incomodada com a situação, gravou e denunciou o professor e agora está sendo perseguida na faculdade. Informou que o professor de psicologia da faculdade, Aurélio Prado, pediu apoio ao Movimento ABGLT contra a postura do professor de Direito. O conselheiro sugeriu que o Conselho tomasse uma posição sobre o caso. O conselheiro **Vladimir de Lima (MJ)** sugeriu que o Conselho por meio de seus grupos de trabalho se mobilizasse contra um conjunto de Projetos de Lei que estão em pauta no Congresso, dentre eles, o PL da terceirização, a PEC da redução da maioria penal, o fim do auxílio reclusão e o PL do aumento de penas. Disse que seria muito importante essa força tarefa, pois diversos desses PL reconfiguram a lógica atual do que se debate no Brasil sobre execução penal, em direito penal e também em segurança pública. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** falou sobre o CNMP ter alterado a Resolução nº 20, criando uma nova resolução, a 121, que muda a periodicidade de visitas em estabelecimentos prisionais pelos representantes do Ministério Público. As visitas que eram mensais passarão a ser semestrais pela nova resolução. Disse que essa mudança na redação da resolução ampliará a prática de abusos e torturas dentro do sistema prisional e delegacias. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)**, sobre a fala do conselheiro Claudionor Barros, informou que, de fato, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou em março de 2015 uma audiência pública a pedido das organizações da sociedade civil sobre o alto índice de letalidade de jovens negros no Brasil, e nessa audiência esteve presente o Secretário de

Políticas de Ações Afirmativas da SEPIR que reconheceu a existência do problema e também aproveitou a oportunidade pra reforçar o dialogo do Governo Federal com a sociedade civil sobre as políticas públicas que vêm sendo implementadas para tentar combater esse problema. O Secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco **Pedro Eurico** reforçou a fala do conselheiro Vladimir Lima com relação às PL que estão em votação no Congresso Nacional. Disse que o Conselho Nacional de Secretários de Justiça do Brasil também se mostra muito preocupado com esse recrudescimento de procedimentos muito conservadores. Sugeriu que o Conselho se manifestasse publicamente sobre essa questão. Defendeu que a mais grave delas é a questão da redução da maioridade penal. Informou que no dia anterior à reunião entrou em contato com o Ministério da Justiça e verificou que os recursos para o programa de proteção à testemunha, programa de defensores estão sendo claramente contingenciados e desde janeiro não estariam repassando um centavo aos estados. Falou que depois de muita gestão o estado de Pernambuco conseguiu apenas a metade dos recursos previstos para os dois programas. Sobre o pedido de restabelecimento do mecanismo de combate à tortura em Pernambuco, comunicou que foi implementado de acordo com a legislação estadual, disse que os conselheiros já tomaram posse e já estão trabalhando. Por fim salientou que a falta desse repasse interfere nas atividades e no desenvolvimento dessas políticas públicas essenciais. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** informou que no dia anterior a reunião havia sido aprovada a liberação dos recursos, disse que de fato não tinha orçamento, por isso ocasionou o atraso, mas agora a SDH/PR espera que se tenha tranquilidade nesse repasse. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** registrou a chegada da senhora Nair, Mãe de Manoel Mattos que cumprimentou todos os conselheiros. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** aproveitou o ensejo e também registrou a presença da senhora Eleonora que teve seu filho assassinado por homofobia. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** informou que dia 28 de março ocorreu uma reunião entre algumas entidades da sociedade civil e o governador Rui Costa do estado da Bahia para tratar da chacina de Cabula, na ocasião houve a oportunidade de alguns familiares das vítimas fazerem breves relatos e o governador assumiu o compromisso de garantir o processo de proteção, investigação dos casos. Disse que o principal encaminhamento foi o compromisso da extinção dos autos de resistência que também foi matéria discutida em audiência pública realizada na Bahia no dia 31 de março, onde a Assembleia Legislativa igualmente assumiu esse compromisso de colocar essa matéria como uma de suas agendas políticas. Ainda com relação ao caso Cabula, comunicou que no dia 2 de abril de 2015 saiu o resultado dos laudos periciais dos corpos e constataram que os disparos foram feitos a menos de 1 (um) metro e meio, de cima para baixo, indicando que as vítimas estavam deitadas ou ajoelhadas em frente ao executor. Informou também que nos dias 03 a 05 de abril de 2015, na Universidade Estadual da Bahia - UNEB de Salvador foi realizado pela UNE o 4º Encontro Nacional de Estudantes Negros e Negras e Cotistas. Cerca de seiscentos estudantes participaram, construíram e aprovaram um importante documento batizado de “Carta de Cabula” que faz menção a situação da juventude negra brasileira e a necessidade de se discutir o Brasil que queremos para a população negra. O encontro foi finalizado com um ato em Cabula, onde cerca de quinhentos estudantes fizeram uma

marcha até a encruzilhada da Universidade e imprimiram a grafitação de treze corpos, representando as treze vítimas da chacina. Sobre a greve dos policiais no estado de Tocantins, disse que a moção feita pelo Conselho foi recebida pelo Governador. Acredita que ela teve um papel importante no processo de negociação. Informou que a greve havia sido encerrada há quatro dias antecedente à reunião, pois o governador negociou o parcelamento do aumento dos policiais civis. A senhora **Nair Ávila (Mãe de Manoel Mattos)** saudou a todos e salientou a satisfação de participar da reunião, pois o CNDH estaria dando muita força para alcançarem o objetivo maior que é a justiça pela morte de seu filho Manoel Mattos. O senhor **Manoel Moraes (Presidente da Comissão Memória e Verdade de Pernambuco)**, agradeceu a presença de todos os conselheiros. Em seguida salientou a importância do Conselho na federalização do caso Manoel Mattos. Expressou sua gratidão às pessoas que acompanharam a vida de Manoel Mattos, defensor de direitos humanos, e também a presença do advogado Marcelo Santa Cruz. Falou da importância em ter como secretário de justiça do estado o senhor Pedro Eurico, pois sabe que não se trata apenas de uma pessoa que ouviu falar dos grupos de extermínio, mas sim de uma pessoa que presidiu e construiu um pacto importante no sertão do estado, a CPI da Pistolagem. Disse também estarmos também diante de uma pessoa que tem uma trajetória ao lado de Dom Helder Câmara, que inclusive acabou de ser reconhecido pelo Vaticano em função de sua militância em direitos humanos. Por fim reforçou que a presença do Conselho no estado de Pernambuco é fundamental para o fortalecimento das organizações locais e para o enfretamento dos casos. O senhor **Marcelo Santa Cruz (Assistente de Acusação do Caso Manoel Mattos)** parabenizou o Conselho pela realização da reunião em Pernambuco em um momento tão importante que é o julgamento do caso Manoel Mattos. Reforçou a importância em dar uma maior visibilidade à reunião no intuito de criar um clima favorável à condenação dos assassinos. O senhor **Paulo Moraes (Secretário de Direitos Humanos de Recife)** desejou boas-vindas ao Conselho. Salientou o papel fantástico desenvolvido ao longo do tempo pelo antigo CDDPH. Reforçou também a importância do CNDH estar presente naquele momento tão delicado da vida nacional, onde presenciam a redução dos direitos trabalhistas, o retrocesso dos direitos sociais. Em seguida, convidou a todos a comparecerem, no dia seguinte à reunião, pela manhã, ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente para receberem os deputados estaduais e federais de Pernambuco para que eles se engajem na luta contra a redução da maioridade penal, e, na parte da tarde, com a sociedade civil, em frente à Faculdade de Direito onde haverá grande mobilização contra o retrocesso da redução da maioridade penal. A senhora **Vilma Melo (SEMPRI)** disse que o Conselho Estadual de Direitos Humanos tem uma boa perspectiva com o Secretário de Justiça. Disse que, por também ser uma defensora dos direitos humanos, se sente vulnerável, pois os defensores têm que enfrentar um leão raivoso a cada dia. Falou que a todo o momento tem uma pessoa sendo torturada dentro do sistema prisional. Informou que foi feita uma resolução pedindo ao Governador do estado que tivesse mais cuidado com as mulheres, que respeitasse a Lei de Execução Penal para não ter homens na administração penitenciária, nem agentes penitenciários, pois ainda continuam a ter. A senhora **Eleonora Pereira (Mães pela Igualdade)** salientou ser preocupante o número

de assassinatos de LGBT no país. Expressou sua posição quanto à redução da maioria penal, disse ser a favor da redução, uma vez que os suspeitos de terem assassinado seu filho são dois jovens, os quais foram seus educandos. Falou que se tornou muito mais difícil saber que os suspeitos de terem assassinado seu filho são dois adolescentes que frequentavam sua casa, comiam em sua casa e que dizem que a tinham como mãe. Disse que para uma defensora de direitos humanos a maior dor é se ver encurralada pelo crime organizado, ver que os jovens estão se entregando a esse mundo por falta de políticas públicas, mas acredita que o Conselho possa lutar pela população LGBT e pela juventude. A senhora **Sandra Carvalho (Justiça Global)** completou a fala da senhora Vilma Melo sobre relação o sistema prisional. Disse que o estado de Pernambuco possui provisórias da Corte Interamericana em relação ao antigo presídio Aníbal Bruno, atual Complexo do Curado. Falou que os apenados estão tendo muitas dificuldades na implementação das resoluções da Corte nos presídios. Informou que as situações estão extremamente graves e estão se repetindo. Muitos detentos que fizeram denúncias estão correndo risco gravíssimo de vida. Por esses motivos, os apenados solicitam ao Conselho que façam uma visita ao complexo para fazer a oitiva dos detentos que estão correndo esse risco de vida, e também propõe a formalização de uma comissão especial para o acompanhamento da implementação dessas medidas provisórias. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** agradeceu a todos os representantes das organizações de direitos humanos, membros da sociedade civil e representantes do poder público que participaram do primeiro momento da reunião. Cientificou a senhora Sandra Carvalho que o CNDH tem uma comissão para tratar do sistema de privação de liberdade. Disse que esse o caso do presídio Aníbal Bruno foi pauta da 3ª Reunião Ordinária do Conselho. Informou que o conselheiro Rildo Marques esteve presente no presídio, apresentou um relatório sobre a situação e o Conselho está tratando o caso com muita atenção. Em seguida apresentou os encaminhamentos: (1) uma carta de repúdio sobre o caso de homofobia na UFMG, propôs que o conselheiro Carlos Magno elaborasse essa moção e que a mesma tivesse caráter geral, mas que apontasse a situação da UFMG; (2) que o Conselho encaminhe recomendações sobre a necessidade de uma maior participação da população e uma maior autonomia do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Paraná, assim como os demais conselhos estaduais; (3) agendamento de uma reunião entre o Conselho Nacional do Ministério Público Federal - CNMP e o CNDH para tratar da federalização dos Crimes de Maio. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** sugeriu que antes dessa agenda do CNDH com o CNMP fosse aberto um espaço para verificar o posicionamento do Conselho em relação a essa federalização dos Crimes de Maio. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** propôs que naquele momento pudessem fazer uma discussão sobre os encaminhamentos que irão efetivamente ser feitos e os que precisam ser aprofundados. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** informou que o Conselho não aprovou o pedido de federalização, mas aprovou, no relatório final da Comissão Crimes de Maio, o intervalo de 1 (um) ano para que houvesse uma reavaliação do andamento dos casos. Disse que o grande problema do caso Mães de Maio é que não tem nenhum caso em andamento. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** explicou que o CDDPH já produziu um relatório com algumas diretrizes e alguns compromissos estabelecidos com

as autoridades e o estabelecimento de prazo de 1 (um) ano para serem encaminhados. Em meio destes, existe um pedido de federalização na Procuradoria Geral da República e é nisso que CNMP está debruçado. Em setembro de 2014 houve um grande encontro do Ministério Público com entidades das organizações civis e os movimentos de entidades negras e nessa audiência foi apresentada uma série de relatos, afirmações e documentações sobre os crimes de maio para o CNMP. A partir dessa audiência o CNMP iria fazer um relatório para saber se há ou não condições para uma federalização, relatório este que será apresentado em agosto de 2015. Então o intuito desse encontro entre o CNDH e o Conselho Nacional do Ministério Público é de trocar informações sobre os relatórios para promover, posteriormente, os encaminhamentos. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** propôs que esse diálogo entre os conselhos se estabelecesse na primeira reunião da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** concordou, mas acha interessante que seja agendada uma reunião entre o presidente do CNDH e o presidente do CNMP com o objetivo de analisar e se debruçar sobre os detalhes do caso. Após isso e apresentação dos relatórios o CNDH tem condições de se manifestar. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** ressaltou então a proposta de reunião institucional entre os presidentes em um primeiro momento e depois o seria feito um trabalho conjunto e orgânico pelas comissões. Dando continuidade aos encaminhamentos sobre os informes, propôs que o Conselho encaminhasse uma recomendação aos conselhos estaduais de direitos humanos para que construam uma agenda sobre a aprovação dos Autos de Resistência e que a SDH/PR busque outros mecanismos de comunicação e informação para repassar essa recomendação aos conselhos estaduais. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** pediu para incluir nos encaminhamentos a ata da audiência pública na Paraíba, do GT Barragens. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** incluiu nos encaminhamentos a elaboração da moção honrosa, de agradecimento, a ex-ministra Ideli Salvatti. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** salientou que o Conselho deve tomar posicionamento com relação às agendas políticas que estão sendo encaminhadas e com relação ao regimento interno. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** propôs que as questões relacionadas ao Conselho com relação à dinâmica do Legislativo e a agenda política fosse tratada no ponto de pauta da proposta da redução da maioria penal. Em seguida, informou os nomes dos que iriam participar da agenda com a juíza do caso Manoel Mattos. A comissão ficou constituída pela conselheira Ivana Farina, a senhora Sandra Carvalho, o Conselheiro Everaldo Patriota e o conselheiro Vladimir Lima. O vice-presidente passou a palavra para a Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** para dar informe sobre o regimento interno. A coordenadora informou que não recebeu ainda a análise da minuta do regimento interno pela Assessoria Jurídica e lembrou que o texto do regimento entrou na pauta da reunião ordinária passada a pedidos de conselheiros. Os conselheiros modificaram e fizeram revisão de algumas partes e, por isso, a nova versão teve de ser substituída à análise da Assessoria Jurídica. Informou que esta assessoria é uma conquista recente da SDH/PR, pois antes os processos tinham que ser apreciados pela assessoria direta da Presidência da República, o que era ainda mais problemático. Com relação ao orçamento, o conselheiro

Wellington Pantaleão (SDH/PR) informou que a SDH/PR estaria dividindo a quantia que teria em caixa entre os convênios para garantir seu funcionamento. Disse que infelizmente a SDH/PR estaria em uma conjuntura orçamentária muito complicada que afetou uma série de iniciativas, inclusive, sobre a iniciativa do Conselho de realizar uma plenária sobre as conferências. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** ponderou que, o Conselho precisa ter autonomia para as deliberações e precisa discutir sobre sua estrutura e forma de funcionamento. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** disse que, a autonomia e liberdade de deliberação do Conselho são esquizofrênicas, pois o Conselho tem a liberdade política de falar, porém, sabe-se que quem vai efetivar as deliberações é quem cuida do cofre e quem cuida do cofre não é o Conselho, pois não é uma unidade autônoma, portanto não tem orçamento próprio, dependendo assim do órgão ao qual está vinculado, logo o CNDH está sob a gestão orçamentária da SDH/PR. Falou que é fundamental que o Conselho tenha uma reunião para definir um processo de planejamento, por que é nele que se vai analisar exatamente a conjuntura e as possibilidades que o Conselho tem para produzir seus encaminhamentos. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** salientou que, a posição do Conselho não pode ser apenas posição de papel, deve ser efetiva. Por exemplo, com relação à redução da maioria penal o Conselho tinha que ter ido ao Congresso sustentar e argumentar sua posição ao Presidente da Casa. Falou que com relação a esse processo de planejamento o Conselho precisa dar o calibre possível, disse que esse planejamento deve existir, mas depois que tiver uma mesa diretora definida. Ressaltou que o Conselho não pode fazer nada sobre a escolha e destituição de Ministro de estado, pois não é de sua atribuição. O que se pode fazer é argumentar, ter uma técnica direcionada para a causa dos direitos humanos, e que não adianta ficar aprovando encaminhamentos sendo que não sairão do papel. Outro ponto colocado pela conselheira é o de que no CDDPH nunca aconteceu de conselheiro ficar fazendo resolução, uma vez que resolução já tem uma forma previamente estabelecida, é feita na assessoria jurídica. Ponderou que os conselheiros devem procurar se reunir para superar as deficiências e dar efetividade aos encaminhamentos. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** salientou que o orçamento do Conselho é de fato dependente da SDH e que na reunião passada a Coordenadora-geral Maria Gutenara colocou, quando da aprovação da plenária, que a SDH/PR não teria recurso para o evento e que lendo a ata confirmou que em nenhum momento o Conselho considerou essa informação. Então, apontou que, as notícias e as informações são apresentadas, mas o Conselho não dialoga com ela e que nós (SDH) colocamos na reunião a dificuldade e houve aprovação da plenária e nós colocamos que iríamos passar para o comitê de passagens. Informou em seguida, que o Conselho corre o risco de não ter a dinâmica que o Conselho acredita ser a mais adequada, e que a questão do planejamento passa pela estrutura do CNDH, de se avaliar se o Conselho vai precisar ter uma assessoria de comunicação pra fazer a divulgação das suas coisas, se o conselho irá precisar de uma assessoria específica, de uma estrutura específica. Dessa forma, tudo isso seria uma pauta a ser demandada à SDH pra que de fato o Conselho chegue ao ponto que precisa chegar. Pontuou novamente que foi sinalizado desde o início sobre a plenária do dia 17 e que as dificuldades não foram levadas em consideração. Indagou quantos dos presentes participam de outros conselhos da República, e que todos estes

conselhos estão na mesma situação, com dificuldades de emissão de passagens e criação de eventos e que agora com a posse do novo Ministro se iniciaria um novo processo de transição. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** concordou com a fala da conselheira Ivana Farina. Salientou que deve ser feito um pacto político institucional com o Governo, um debate dentro do Conselho a respeito das verbas para as deliberações, pois não adianta programar e chegar ao órgão que possui a chave do cofre e não ter o orçamento liberado. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que o problema de orçamento não se restringe apenas a SDH/PR, mas sim a todo o país, e por esses motivos estão sendo feitos os cortes de gastos em todo governo. Então não resta nada que o Conselho possa fazer ou intervir, além de aceitar o que o dono do cofre disser. Por esse motivo enfatizou que não perderá mais energia com discussões desse teor. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** concordou com a fala do conselheiro Everaldo Patriota. Em seguida falou que sempre trabalhou com base na política do possível, mas se continuar nessa situação de trabalhar com base na agenda do Governo não fará sentido para o Conselho, contudo, sabe-se que mediante essa crise em que o país se encontra não há que se falar em política do possível. E por isso sugeriu uma discussão política de fundo, ou seja, tentar fazer a política do possível. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** concordou com o que foi colocado pelos conselheiros. Propôs que fosse feita uma reunião, em caráter de urgência, com o novo Ministro para debater sobre as questões principais do Conselho, como estrutura, orçamento, forma de atuação e as demandas, e também que os conselheiros fossem a procura dos conselheiros representantes do Congresso para poder estabelecer uma efetiva participação deles nas reuniões do Conselho, uma vez que o vínculo do Conselho com o parlamento é fundamental. O Vice-presidente interino, **Cristian Ribas (Enegrecer)**, concordou com as propostas feitas pela conselheira Silvana Abramo e sugeriu que fosse formada uma comissão para construir essa interlocução entre o Conselho e a SDH/PR e que se faça um levantamento de quais são as demandas prioritárias do Conselho e que os conselheiros enviem por e-mail os encaminhamentos. Sugeriu também que haja um momento de diálogo da comissão que for formada antes da próxima reunião ordinária. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** disse que, acha que o Conselho pode ir naturalmente ao Ministro sem precisar formar uma comissão, então que tão logo ele tome posse o Conselho solicitaria uma audiência, e os conselheiros que puderem comparecer que compareçam. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** sugeriu que, o Vice-presidente interino Cristian Ribas pedisse agenda o mais rápido possível e o dia que for mais viável o Ministro atenderia os conselheiros que na ocasião pudessem comparecer, como é o caso dos conselheiros que moram em Brasília, não necessitando assim de gastos. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** falou que o Conselho é uma unidade onde as pessoas têm o direito de convergir ou divergir. Então que comesçassem a caminhar para uma melhor convivência e para melhorar a qualidade do trabalho do Conselho. Em seguida, o conselheiro sugeriu que o Vice-presidente os representasse no diálogo com o novo Ministro Pepe Vargas, salientou que sente muito bem representado por ele. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** reforçou sua proposta de uma comissão, com o intuito de viabilizar a participação do conselheiro que se dispor a estar na reunião, como por exemplo, é o caso de conselheiros da sociedade civil de

Brasília e que para sua participação, talvez, seja fundamental um subsídio da SDH/PR com relação a passagens. Em seguida, após os debates, e por não haver consenso sobre quando se daria a reunião com o novo Ministro da SDH/PR, submeteu à votação duas propostas: (1) tentar agenda com o Ministro e os conselheiros que pudessem estar presentes entre os dias 27 e 30 de abril de 2015; (2) esperar a próxima reunião ordinária do Conselho para todos participassem da reunião. Foi aprovada a primeira proposta. Encerrado os debates foi dada a pausa para o almoço. Posteriormente o Vice-presidente interino retomou a segunda parte da reunião e deu início ao ponto de pauta sobre a Conferência Nacional. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** relatou sobre a reunião do Comitê Executivo das conferências conjuntas. Disse que nas discussões sobre as atribuições do comitê, deliberou-se que ele não seria um comitê de substituir os Conselhos, mas apenas iria viabilizar a transversalidade entre as conferências e a identidade de temática para que todos chegassem à conferência com um caminho comum. Informou que foi colocado que os temas das outras conferências já haviam sido definidos, faltando o CNDH definir o tema da Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Disse que a Secretaria Executiva da SDH/PR apresentou o *check list* de cada comissão organizadora das conferências conjuntas. Quando foi mostrada a listagem da Conferência Nacional de Direitos Humanos apresentaram aqueles temas levantados na última plenária que tinham ficado inconclusivos. Então o Comitê levantou a possibilidade de naquele momento aprovar, em substituição a atuação do CNDH, o tema da conferência, no entanto, disse à conselheira que não aceitou a sugestão de definição do tema naquele momento, uma vez que no regimento interno aprovado pelo CNDH dispõe que não se pode invadir a competência do Conselho. A coordenação do Comitê ficou de enviar expediente ao CNDH solicitando que o Conselho se pautasse em torno dos seguintes temas que o Comitê acredita dialogar com os temas das demais conferências: Democracia, Justiça e Igualdade; Direitos Humanos são para todos e todas; Afirmação dos Direitos Humanos - Indivisibilidade, Interdependência e Universalidade; Direitos Humanos: Reciprocidade de Solidariedade. Informou que a próxima reunião do Comitê foi marcada para o dia 18 de maio de 2015, e o Comitê solicitou que o Conselho deliberasse nessa 4ª Reunião Ordinária o tema por razão do calendário da conferência. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** informou o pedido de alguns conselhos estaduais e municipais para o adiamento da data da conferência, pois houve mudança governamental e contingenciamento de recursos, dificultando a viabilidade para esse ano, então se poderia pensar na possibilidade da conferência ser no ano de 2016. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** salientou que é emergencial que Conselho delibere sobre o tema. Disse que a conferência tem, além de um papel político de fortalecimento das instituições, um papel muito importante na conjuntura atual do Conselho, que é o de dialogar sobre uma perspectiva de enfrentamento ao não retrocesso. Reforçou a proposta de definição do tema nessa 4ª Reunião Ordinária. Com relação ao pedido colocado pelo conselheiro Carlos Magno disse que as cinco conferências estão interligadas, sendo assim, se o Conselho pensar em um adiamento significa que teriam o adiamento das outras quatro, pois a organização está sendo feita de forma conjunta. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** informou que o CNDH recebeu um ofício do estado da Bahia

solicitando o adiamento do processo de conferências conjuntas e que também recebeu um telefonema de uma gestora de São Paulo que cuida da parte de direitos humanos pedindo esse adiamento. Disse que o argumento colocado por eles é o mesmo, o tempo para mobilização, o orçamento. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** disse que o Conselho precisa focar sobre a escolha do tema da conferência e deixar como segundo ponto a ser discutido a questão do adiamento da Conferência, podendo isso ser apresentado no momento de diálogo com o Ministro. Informou também que o CNDH e nenhum outro conselho tem competência para convocar ou desconvocar conferências. Sugeriu que trabalhassem na perspectiva de realização da conferência na data prevista, mas sempre sinalizando a preocupação das condições para essa realização. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** expressou sua preocupação com relação ao calendário da conferência e a falta de estrutura nos estados e municípios para a participação. Sugeriu um processo de consulta para receber propostas de outros conselhos, como foi o caso do conselho de Direitos Humanos de São Paulo, do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, que mandaram sugestões de temas para o Conselho. Ressaltou que para essa conferência não foi colocado como sugestão de tema a questão do sistema nacional de direitos humanos, o PNDH-3, a dificuldade que se tem por causa da ausência desse sistema. Colocou também a necessidade de se debater na conferência o direito a expressão, a manifestação. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** salientou que o Conselho precisa discutir de fato o que se quer da Conferência. Disse que se for realizar a Conferência até o final do ano de 2015, o Conselho fará algo burocratizado, sem muito envolvimento e participação, e isso deve ser avaliado. Sugeriu que a definição do tema fosse feito na próxima plenária para que assim o Conselho consiga fazer uma discussão anterior com outras entidades em busca de sugestões de temas. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** falou que em seu entendimento a Conferência é chamada pelo poder público com a participação da sociedade civil, essa é a concepção de conferência e não a de a sociedade civil ter que organizá-la. Então se o Poder Público não está sensibilizado e nem convencido que tenha condições para realizar a Conferência, não adianta o Conselho fazer uma resolução. Disse que é importante que o Poder Público esteja comprometido, pois os movimentos entraram com a política, com a participação, mas quem bancará a estrutura é o Poder Público. Salientou que é necessário que outros movimentos e os gestores participem da consulta pública, até mesmo para colocar as condições para realização da Conferência. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** disse que se o Conselho não conseguir realizar a Conferência esse ano será um retrocesso, ainda mais no momento em que o Brasil se encontra, um momento em que a população não acredita, não confia mais na justiça. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** colocou a necessidade da comissão organizadora interna do Conselho organizar as demandas, inclusive as preocupações orçamentárias e preocupações colocadas pelos estados e apresentá-las ao Comitê Executivo que vai se encontrar no mês de maio. O conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)** falou de sua preocupação caso essa Conferência não ocorra, disse que a situação pode piorar caso isso aconteça, pois o retrocesso no país está tomando lugar e as conferências são instrumentos de uma reação. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** reforçou que para fazer a Conferência é necessário um processo de preparo, uma

564 mobilização, então não adianta ter uma perspectiva de realização em dezembro se esse
565 trabalho não estiver sendo feito. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** disse que se
566 o Conselho tiver uma direção e elementos que fomentem o processo de preparação para
567 conseguir mobilizar os estados e municípios até o final desse ano, acredita que no mês
568 de abril de 2016 seja possível e mais positiva a realização dessa Conferência. O Vice-
569 presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** reforçou sua preocupação inicial de se
570 caso avançar nessa proposta de adiar a Conferência a que ponto comprometerá o
571 trabalho que vem sendo construído pelos outros conselhos. Salientou que o Conselho
572 deve avaliar essa questão e ser solidário nesse ponto, e acredita que a comissão
573 organizadora tem condições de tocar as tarefas mais burocráticas, só precisa começar a
574 se reunir o mais rápido possível e assumir os trabalhos. O conselheiro **Wellington**
575 **Pantaleão (SDH/PR)** sugeriu como tema da Conferência a primeira opção colocada
576 pela conselheira Ivana Farina, Democracia Justiça e Igualdade - Direitos Humanos são
577 para Todos e Todas, ou Por um Brasil de Todos e Todas. O conselheiro **Rildo Marques**
578 **(MNDH)** disse que se for para votar em um dos temas colocados precisa primeiramente
579 saber o conteúdo de cada um, saber o que se espera deles. Salientou que é importante
580 que haja um debate para que as pessoas se posicionem sobre esses temas, e assim
581 poderão entrar em um consenso sobre qual será o escolhido. O conselheiro **Claudionor**
582 **Barros (DPU)** disse estar dividido, pois ao mesmo tempo em que compartilha a
583 preocupações expostas pelo conselheiro Carlos Magno e pela Conselheira Maria Dirlene
584 sobre a organização e realização da Conferência, também entende as colocações do
585 Vice-presidente Cristian Ribas de que o Conselho está em uma conjuntura que exige um
586 esforço, uma reação, para que essa Conferência aconteça, e mesmo que com um caráter
587 mais enxuto e simplificado pudesse de alguma forma ir contra o cenário que o Brasil
588 está vivendo. O conselheiro sugeriu um debate sobre a possibilidade de se fazer no lugar
589 da Conferência um encontro nacional, já com tema consolidado da Conferência, que
590 pudesse aquecer um debate e ao mesmo tempo preparar o terreno para uma conferência
591 nacional em março ou abril de 2016. Com relação ao tema, disse que não está
592 convencido com os temas que foram colocados e não se sente a vontade para votar, pois
593 não consegue enxergar em nenhuma das opções uma expressão mobilizadora e que
594 toque as pessoas. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** disse que é muito
595 estranho o Secretário de Gestão da SDH/PR dizer que tem recurso para a Conferência
596 Nacional e quando o Conselho e a sociedade Civil resolvem fazer uma plenária para
597 tratar da Conferência descobrem que não viabilizarão passagens. Sugeriu que isso
598 também fosse debatido com o Ministro, Pepe Vargas. O conselheiro **Wellington**
599 **Pantaleão (SDH/PR)** disse que o que parece é que o CNDH não quer fazer a
600 Conferência, não quer contribuir com esse processo. Reforçou que o Conselho precisa
601 imediatamente de uma plenária para debater sobre o tema. Lembrou-se da possibilidade
602 dela ser feita no dia 14 de maio de 2015, na 5ª Reunião Ordinária, de forma virtual. Por
603 fim, disse que está ali fazendo quase um apelo para que, de uma forma ou de outra, essa
604 plenária aconteça, pois será a partir dela que todos poderão de uma forma mais clara
605 dizer o que se espera desse processo de conferência, inclusive, para apresentar ao
606 Comitê Executivo e mostrar o que o CNDH tem em mente e pensa sobre isso. O
607 conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** disse que a intenção de todos é fazer a melhor

conferência possível. No entanto, a sociedade civil tem uma visão diferente dos governistas, pois sempre tentam discutir o máximo possível para verificar como irão dar a melhor contribuição possível, já os governistas tem uma visão mais de poder hierárquico, e por isso não concorda com o posicionamento do Conselheiro Wellington Pantaleão quando disse que o Conselho não quer fazer a Conferência. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** defendeu a possibilidade do adiamento da Conferência, pois é necessária para ela uma ampla participação social. Quanto à definição do tema, já que a comissão organizadora se propôs a esperar, sugeriu que o Conselho jogasse para frente. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** disse que tem muito preocupação com o que foi colocado pelos conselheiros com relação a essa necessidade de construir uma Conferência com ampla participação e que tenha uma construção orgânica das entidades da Sociedade Civil, mas essa preocupação vem acompanhada da solidariedade que se deve ter com os outros conselhos que já estão construindo suas conferências. Falou que esse processo de conferência é muito importante para o fortalecimento de uma agenda de direitos humanos nessas gestões estaduais, pois os municípios e o Executivo estão próximos de um ano de disputa eleitoral. Com relação ao tema, disse que se aproxima muito da primeira opção, Democracia Justiça e Igualdade Direitos Humanos são para Todos e Todas, pois apresenta uma agenda muito positiva aos direitos humanos. Logo, o conselheiro votou por esse tema. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** defendeu também que a votação do tema fosse adiada. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** sugeriu uma consulta pública *on-line* para o tema. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** submeteu à votação a proposta de adiamento da definição do tema. Por voto vencido anunciou que a definição foi adiada para a 5ª Reunião Ordinária do CNDH, dia 14 de maio de 2015 e a Comissão Organizadora irá definir e realizar uma metodologia de processo de consulta sobre os temas. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** deu início ao debate sobre as comissões e GTs do CNDH. Em seguida propôs que se mantivesse o entendimento de que as comissões e grupos de trabalho devam existir e se reunir independente da aprovação do regimento interno e que essas reuniões sejam construídas entre os conselheiros titulares e suplentes que as compuseram inicialmente. Em seguida, foram resgatados os encaminhamentos feitos na 3ª Reunião Ordinária sobre o assunto e colocado pelo Vice-presidente a necessidade de se criar uma agenda para as comissões criadas no CNDH e solicitando a Secretaria Executiva do Conselho o reenvio dos nomes das Comissões trabalhadas até o momento pelo Conselho, para que suplentes possam participar. Em seguida, o Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** propôs que se invertesse a pauta, antes de tratarem sobre a redução da maioria penal, abrissem o diálogo com a sociedade civil do estado de Pernambuco. Havendo consenso, o Vice-presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)** iniciou ao diálogo e falou da importância do momento para o Conselho, pois estão ali para ouvir os cidadãos sobre a situação de violações dos direitos humanos no Estado de Pernambuco. Após, solicitou que os representantes da sociedade civil presentes se apresentassem. Feitas as devidas apresentações iniciaram-se as participações. A representante do MNDH **Vilma Mello (SEMPRI)** disse que uma das coisas que sente mais falta, por exemplo, no Conselho Estadual de Direitos Humanos, são as políticas públicas e um sistema nacional de

652 direitos humanos dotado de orçamento. Trouxe a situação do conselho estadual de
653 direitos humanos que foi desestruturado no final do governo anterior, mas que está em
654 processo de reconstrução atualmente. Falou, em seguida, da necessidade de criação de
655 um sistema nacional de direitos humanos para o fortalecimento das políticas públicas. A
656 senhora **Eleonora Pereira (Movimento Nacional Mães pela Igualdade)** representante
657 do Comitê Estadual de Combate a Tortura. Falou que a polícia do estado de
658 Pernambuco é muito violenta e que quem mais sofre com a violência são os jovens
659 negros de baixa renda. Denunciou que tanto no sistema socioeducativo quanto no
660 sistema carcerário existem graves violações e o governo estadual tem desprezado essa
661 realidade. Em seguida, falou dos problemas de acolhimento de transexuais ameaçados
662 de morte e que existe um déficit de políticas públicas para essa população,
663 principalmente de educação e saúde LGBT. Informou também que ninguém tomou
664 posse no conselho LGBT do estado. Solicitou o acompanhamento do júri popular do
665 caso do seu filho José Ricardo, assassinado com 24 anos, em um crime de homofobia. O
666 júri popular está marcado para o dia 07 de maio. Por fim, disse que está sendo ameaçada
667 por grupo de extermínio. A senhora **Madalena Caji dos Santos (Comunidade**
668 **Africana)** e o senhor **Fernando Wilson Sabonete (Comunidade Africana)** cidadãos
669 angolanos, residentes no Brasil, relataram a discriminação que imigrantes de seu País
670 têm passado em Recife. Disse que uma das maiores dificuldades de jovens estrangeiros,
671 que chegam à Recife para estudar e tentar a vida tem sido a de não conseguirem o
672 registro nacional para poderem ingressar em uma faculdade. Questionou o que fazer
673 com esses jovens que saem de seu país com a promessa de que estudarão no Brasil. Os
674 estrangeiros que se encontram matriculados têm tido dificuldade para conseguirem
675 estágio remunerado. Informaram que existe uma dificuldade no processo na liberação de
676 visto para estudante. O visto tem demorado bastante, uma vez que o estudante tem que
677 vir ao Brasil, entra em contato com a embaixada de Angola no Brasil e depois na
678 embaixada do Brasil em Angola, onde o processo recomeça novamente para saber se o
679 estudante está realmente matriculado no curso superior. O senhor **Silvino Neto (Fórum**
680 **Estadual DCA)** relatou o caso das adolescentes internadas na Unidade Socioeducativa
681 de Santa Luzia/PE. Disse que elas cortam o cabelo curto e se vestem com roupas
682 masculinas para que diminuam as chances de serem abusadas sexualmente pelos adultos
683 da unidade. Nesse sentido, sugeriu que o Conselho pudesse auxiliar as Unidades de
684 Internação do estado de Pernambuco, pois se encontram em situações terríveis. A
685 estudante **Lara (Estudante da Faculdade de Direito)** comunicou sobre o ato contra a
686 maioria penal que iria ocorrer no dia seguinte e pediu para que o Conselho
687 estimulasse mais a participação dos movimentos sociais, das instituições e da juventude
688 para lutarem por suas identidades de uma forma englobada. O senhor **Natuch Lira**
689 **(SEMDEC)** falou do desrespeito e a falta de responsabilidade do estado de Pernambuco
690 com o sistema socioeducativo. Em seguida, reforçou o comunicado da estudante de
691 direito Lara. A senhora **Vilma Mello (PEMPRI)** fundamentou e defendeu a não
692 redução da maioria penal. Disse que isso é um problema para o Brasil inteiro, pois
693 não há estrutura no sistema penitenciário brasileiro para receber esses adolescentes
694 infratores, ademais, estes irão conviver com adultos criminosos e reincidentes. Sobre o
695 sistema prisional, informou que, tem no estado de Pernambuco uma medida provisória

sobre as questões de tortura. Salientou que o Conselho precisa continuar monitorando e ajudando vítimas que denunciam essas ações dentro do sistema prisional. Comunicou que iria expedir ao Conselho um ofício solicitando uma oitiva urgente de três presos que estão sendo ameaçados e torturados e solicitando medidas protetivas para que eles não sejam relocados em presídios federais. O vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** falou sobre o extermínio de jovens negros, pobres, moradores das periferias do Brasil. Disse que o Conselho, a SDH/PR e os estados precisam construir agendas com o intuito de conseguir uma nova realidade para a juventude negra brasileira, e um dos principais elementos legitimador desse processo é o PL 4471 que prevê o fim dos Autos de Resistência, pois este um instituto que afasta algumas prerrogativas fundamentais para garantia do devido processo legal das mortes em decorrência de violência policial. Lembrou-se da carta de recomendação, a qual foi enviada, pelo Conselho, aos governadores, propondo à adesão à resolução nº 08 de 20 de dezembro de 2012 do CDDPH, que versa sobre os Autos de Resistência. Sugeriu, então, que o Conselho Estadual de Direitos Humanos, a partir dessa carta, construa uma agenda do Conselho com o Governador e o Secretário de Segurança Pública, para debaterem a implementação da resolução contra os Autos de Resistência. O segundo ponto colocado pelo Vice-presidente, foi os crimes ligados à homofobia. Registrou que o Conselho se sensibiliza com essa pauta, inclusive, cientificou que tem um representante da ABGLT que sempre tem colocado como pautas centrais a população LGBT. Com relação à comunidade angolana, solicitou ao conselheiro Pedro Saldanha que levasse para conhecimento do Ministro das Relações Exteriores os casos que foram colocados. A respeito da fala da estudante de direito Lara, disse que o Brasil vive um momento muito importante de auto-organização dos setores sociais, então a cada dia que passa os setores da sociedade sentem necessidade de se auto organizarem em coletivos e isso fortalece a luta por mais direitos sociais. Sobre a política do sistema carcerário, salientou que a comissão de sistema de privação de liberdade do CNDH precisa se condicionar ao debate sobre a política sobre drogas, pois hoje é um dos principais elementos do encarceramento, em especial da juventude negra. Ponderou que é preciso fazer uma reformulação na perspectiva da descriminalização das drogas. Por fim, solicitou que as situações apresentadas sobre o sistema carcerário e socioeducativo fossem formalizadas e enviadas para o Conselho. A conselheira **Silvana Abramo (CNIJ)** primeiramente salientou a importância da questão da universalidade da luta pelos direitos humanos. Em seguida, falou sobre a questão dos imigrantes. Informou que havia conversando, naquela manhã, com o conselheiro Vladimir Sampaio, justamente a respeito dessa questão. Cientificou que está acompanhando o caso dos haitianos, o caso de latino-americanos na cidade de São Paulo, especialmente, o caso dos bolivianos. Disse que reconhece o valor da capacidade das pessoas que saem de suas casas, seus países, para irem a um país estrangeiro, com língua diferente, costumes diferentes, e por isso o Brasil deve acolhê-los da melhor maneira possível. Expressou sua preocupação com relação à regularização da documentação, comunicou que a última informação que teve é que existem quase quarenta e cinco mil processos no MJ com esse encaminhamento e soube da notícia de que o novo Secretário Nacional de Justiça está trazendo uma força tarefa de mais de cem pessoas para viabilizarem e agilizarem esse

procedimento de regularização. Por fim, propôs que o Conselho verificasse a melhor forma para acompanhar e orientar caminhos para uma política pública interna visando essa documentação. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** ressaltou a importância daquele momento de debate entre o Conselho e a Sociedade Civil do estado de Pernambuco. Em seguida, fez uma breve declaração sobre a homofobia no Brasil. Falou que o Conselho precisa fazer alguma ação de acompanhamento no julgamento do assassinato do filho da representante do Comitê Estadual de Combate a Tortura Eleonora Pereira, pois a partir disso irá fortalecer, não só a luta dessa mãe, mas de todas as mães que estão lutando por justiça no Brasil. Com relação aos estrangeiros reforçou que o Conselho deve fazer um debate para que se chegue a uma ação que contribua com esse tema. A respeito da mobilização dos movimentos sociais na luta por sua identidade, reforçou a necessidade de nesse momento lutarem de forma universal e englobando todas as pautas, pois assim fortalecerá a luta pela defesa dos direitos humanos. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** com relação às questões levantadas pelos angolanos, o conselheiro informou que não tinha conhecimento da demora que estaria ocorrendo para a concessão dos vistos estudantes e se comprometeu a dar conhecimento destes casos à área específica dentro do MRE. O conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)**, tratando sobre a redução da maioria penal, reforçou que o Brasil não tem estrutura penitenciária para receber esses adolescentes. Então, sugeriu que o Conselho estabelecesse uma comissão permanente, a qual pudesse viabilizar estudos que apresentem alternativas diferenciadas à sociedade, a esta que está sendo colocada. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** salientou a importância de todos estarem ali reunidos. Disse que esse tipo de diálogo conjunto é, de fato, a força motriz que tem condições de fazer o contraponto ao Brasil está vivenciando. Em seguida, quanto aos relatos que foram feitos e registrados, informou que a SDH/PR, vai fazer um levantamento daquilo que foi demandado para verificar como poderão encaminhar. Ao mesmo tempo, o conselheiro colocou a disposição o Disque 100, da SDH, para o recebimento de denúncias. Comunicou que a Presidenta Dilma Rousseff, juntamente com a Ex-Ministra Ideli Salvatti, lançaram o Programa Humaniza Redes, o qual é uma estratégia, dentro das redes sociais, para o combate ao racismo, homofobia, machismo e todas as outras formas de preconceito, inclusive, todos poderão fazer denúncias on-line de crimes que são praticados nas redes. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** comunicou que, em ligação, a Ministra Ideli Salvatti mandou um abraço a todos, agradeceu à menção honrosa em agradecimento a ela e transmitiu que deseja boa sorte ao novo Ministro Pepe Vargas nessa jornada. Em seguida, o conselheiro reforçou a importância dessa pauta de diálogo com a sociedade civil, pois fortalece a luta das organizações em defesa dos direitos humanos e possibilita, também, a oitiva, por parte do CNDH, dos relatos das entidades. Lembrou que o Secretário de Justiça Pedro Eurico assinou um documento formal se comprometendo a restabelecer o mecanismo de prevenção e combate à tortura e o Conselho Estadual de Direitos Humanos de Pernambuco. Salientou a necessidade de se ter uma educação em direitos humanos e da construção de um sistema nacional de direitos humanos. Por fim, disse que o Conselho tem essa missão de fazer uma conexão com os demais conselhos para buscarem uma articulação, com intuito de fortalecer os órgãos de controle social, pois é a partir deles

que se faz a convergência das pautas de direitos humanos. Uma senhora (**não identificada**) relatou a morte de seu irmão e expressou sua indignação por estar 11 anos e 8 meses na luta para conseguir justiça. Informou que há apenas 1 (um) ano que conseguiu o desaforamento do caso para Pernambuco. Disse que já foi em vários órgãos, CNDH, Polícia Federal, secretaria de direitos humanos, e agradeceu, em especial, aos Senhores, Doutor Marco Aurélio e Doutor Luciano Mariz Maia que a recebeu e a ajudou. O conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)** olhou o Processo e verificou que o mesmo se encontra na 3º Vara do Júri e houve distribuição no dia 1º de abril de 2015. Solicitou uma cópia para analisar a situação em que se encontra o Processo. A estudante **Tainah (Diretório Acadêmico de Pedagogia da UFPE)** convocou a todos a participar do 3º ato pela liberdade de Igor Mendes e todos presos políticos do campo e da cidade. Trouxe a questão dos estudantes e professores que foram presos e continuam presos por causa das manifestações de 2013 e 2014. Falou que as prisões foram ilegais e que os cidadãos tiveram prisões preventivas decretadas. Ainda sobre a questão das prisões, O senhor **Marinho (Advogado dos presos políticos)** trouxe os casos que aconteceram no Rio de Janeiro, em que 23 ativistas possuem processos criminais por serem acusadas de participação em organização armada, relacionados com os movimentos de 2013 e 2014. Relatou que foi a impetração do *Habeas Corpus* que os garantiu a liberdade durante todo o processo. No entanto, a 7ª Câmara Criminal do Rio de Janeiro, ao conceder o HC, impôs algumas medidas cautelares, que, dentre elas, havia uma frontalmente atentatória ao direito de livre expressão e manifestação, que foi a da proibição de participação em manifestações. Contudo, os acusados estavam respeitando essa medida cautelar. Ocorre que, no dia 15 de outubro de 2014, participaram de ato cultural pelo dia do professor e após um mês, um de seus clientes, Igor Mendes, foi detido e está há mais de 100 dias preso na unidade penitenciária de Bangu. O advogado pediu ao Conselho que o ajudasse nessa luta para tentar de alguma forma reverter esse quadro e se colocou à disposição para fornecer ao Conselho documentações que colaborem com essa luta. Como sugestão para a solução do caso, o conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** apresentou o que tinha acontecido em São Paulo com o caso do estudante Fábio Ideki. Nesse caso, o Conselho Estadual - CONDEPE verificou o estado da prisão do estudante e emitiu um relatório, de tal forma que a Procuradoria entendeu que ele deveria ser solto. Então, sugeriu que, o Conselho nomeasse um conselheiro para fazer esse trabalho de ir até a penitenciária conversar com o preso para verificar o caso e emitir um parecer. Encerrado esse ponto de pauta, o Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** lembrou que havia invertido o ponto de pauta sobre a redução da maioria penal, entretanto, já que já haviam deliberado a elaboração de um documento sobre o tema para o dia seguinte e devido, agradeceu a participação dos presentes e deu por encerrada a Plenária.